



A perspectiva da Teologia da Libertação sobre a Religiosidade Popular em Santa Catarina: A Revista Encontros Teológicos

SERGIO LUIZ FERREIRA*

Palavras-chaves: Teologia da Libertação, Revista Encontros Teológicos, Santa Catarina, Religiosidade Popular.

Simpósio Temático 019 - Catolicismo e Política: entre conservadores e progressistas

Resumo:

O presente trabalho faz uma análise da edição Nº 6 da Revista Encontros Teológicos do Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC), publicada em 1989, que foi dedicada ao tema “Religiosidade popular em Santa Catarina”. A hierarquia da Igreja Católica em Santa Catarina desde o início do processo de romanização, no final do século XIX, tenta “purificar” a religiosidade praticada pelas chamadas classes populares. Dessa maneira, as manifestações da religiosidade popular têm sofrido constantes intervenções e transformações ao longo do tempo. Neste sentido, procuro analisar o que pessoas, ligadas à Teologia da Libertação, defenderam em relação à religiosidade popular em Santa Catarina na década de 1980 nos artigos desta revista. Veremos que os autores ligados à Teologia da Libertação terão uma visão diferente da religiosidade popular, embora nem sempre favorável à manutenção da chamada Religiosidade Popular Tradicional.

O ITESC e a Revista Encontros Teológicos

O Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC) oferece desde 1973 o curso de teologia, última etapa de formação, para os candidatos a presbítero das dioceses do Estado de Santa Catarina. O ITESC desde seus primórdios viveu a tensão entre os chamados conservadores e progressistas na sequência do Concílio Vaticano II (1962-1965). A partir de 1986 a instituição, que hoje se chama Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC), edita ininterruptamente a revista *Encontros Teológicos*. Este periódico traz artigos de padres, professores e estudantes do Instituto Teológico de Santa Catarina. A edição número seis desta revista, publicada em 1989, foi a única dedicada integralmente ao tema “Religiosidade popular em Santa Catarina”. A edição de 39 páginas teve 10 artigos. Podemos dizer que os dois últimos artigos não estavam diretamente ligados ao tema da edição da revista, um intitulava-se *Patrologia latino-americana: um projeto*, de autoria do professor Daniel E. Ramada Piendibene e o outro se chamava *Apresentando a Cristifideles laici*, do padre Vitor Galdino Feller.

* Professor Adjunto da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

Há outros dois que, apesar de trataram de Religiosidade Popular, não se referem a Santa Catarina. O primeiro, do padre Ney Brasil Pereira intitulado *Amostras da Religiosidade Popular no Novo Testamento* que não se insere na temática Religiosidade Popular em Santa Catarina. O padre José Artulino Besen, o mais profícuo pesquisador da história da Igreja Católica em Santa Catarina, também assina um artigo neste número da ET mas o título é *A Religiosidade Popular no sertão baiano*. Nesta época ele era missionário em uma paróquia no sertão da Bahia, chamada Oliveira dos Brejinhos. Portanto, o seu artigo também não trata do tema central da edição da Revista. A postuladora da causa de beatificação e canonização de Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus, Irmã Célia Cadorin, assina um artigo intitulado *Madre Paulina, encarnação da fé de uma colônia de imigrantes*. Na realidade, o texto relata a vinda dos migrantes tirolezes para Nova Trento e a fundação da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. A autora relata predominantemente a atuação dos padres jesuítas. Portanto, Irmã Célia fala de padres e freiras em Santa Catarina, não é possível enquadrar o artigo no tema da edição da revista, Religiosidade Popular em Santa Catarina.

Dessa forma, dos dez artigos da edição da Revista, apenas cinco tratam mesmo de Religiosidade Popular em Santa Catarina, sendo quatro de autores ligados à Teologia da Libertação. Dois artigos foram escritos pelo padre Hélcion Ribeiro e dois por estudantes do ITESC. O quinto artigo a tratar de Religiosidade Popular é do professor de sociologia da UFSC, Nereu do Vale Pereira, que fora professor do ITESC nos seus primórdios.

A hierarquia da Igreja Católica desde o início do processo de romanização tenta “purificar” a religiosidade praticada pelas chamadas classes populares. Dessa maneira, as manifestações da religiosidade popular têm sofrido constantes intervenções e transformações ao longo do tempo. Nesta edição da Revista Encontros Teológicos os artigos, publicados pelos professores e estudantes identificados com a Teologia da Libertação, trazem uma perspectiva bem mais favorável e simpática à Religiosidade Popular, que vinha sendo combatida desde a chegada dos padres alemães a Santa Catarina no final do século XIX. Em trabalho publicado nos Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, intitulado *Religiosidade popular no litoral catarinense: a visão de padres alemães no início do século XX*, fiz uma análise da perspectiva dos padres alemães da Congregação dos padres do Sagrado Coração de Jesus.

Dos artigos escritos pelo padre Hércion Ribeiro, um tinha como título *Religiosidade Popular: como interpretar*. O outro foi chamado *Religiosidade Popular no Contestado (ou a espiritualidade de um povo oprimido)*. Nos dois artigos, o autor apresenta uma visão bastante favorável a uma nova religiosidade popular e considera anacrônica a Religiosidade Popular tradicional.

Dos artigos escritos pelos estudantes, um foi intitulado *A religiosidade do açoriano* (Elementos para uma pastoral comprometida com ele). O subtítulo já revela uma militância e uma perspectiva positiva em relação a essa religiosidade, bem diversa da perspectiva dos padres alemães do início do século XX em Santa Catarina. O artigo foi assinado pelos estudantes do terceiro e quarto ano do curso de teologia e pelo Padre Vitor Galdino Feller, professor de Teologia Dogmática. Esses alunos, da Arquidiocese de Florianópolis, eram identificados com a Teologia da Libertação e chegaram a deixar o seminário para morarem em um barraco em um morro da capital catarinense. A visão deles é bastante otimista e defendem a necessidade de se deixar “evangelizar por este povo e sua cultura”. O outro, assinado por dois autores do artigo anterior, José Adilçon Campigotto e Josino do Amaral, foi intitulado *A teologia do Espírito Santo na Festa do Divino*. Neste artigo, os dois autores defendem o engajamento e a necessidade de denúncia dos poderosos que transformaram o sentido original da festa, que era a partilha e fraternidade.

Não é objetivo deste artigo fazer uma análise exaustiva da Teologia da Libertação. Leonardo Boff, um dos teólogos da Libertação, escreveu em 2011, um artigo para celebrar os quarenta anos da Teologia da Libertação que é uma boa fonte para conhecer um pouco mais sobre essa corrente de pensamento latino-americana.¹ Enrique Dussel publicou em 1984, em português uma obra em quatro tomos que explana exaustivamente a perspectiva da Teologia da Libertação, chama-se *Caminhos de Libertação Latino-americana*. Os tomos são: 1. Interpretação histórico-teológica; 2. História, colonialismo e libertação; 3. Interpretação ético-teológica e 4. Reflexões para uma Teologia da Libertação.

Altamiro Antônio Kretzer defendeu tese em história na UFSC, em 2013, sobre o ITESC e dedicou o capítulo 2 à revista *Encontros Teológicos*. Ele chamou esse capítulo de Um Mercado

¹ <https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>

de trocas simbólicas e linguísticas: A Revista *Encontros Teológicos*. O autor, citando Sérgio Miceli (MICELI, 2009: 163-164), diz:

Podemos interpretar a ET (Encontros Teológicos) e seus artigos como um espaço onde se desenvolve uma atividade de simbolização através da qual os personagens em cena (professores teólogos, estudantes de teologia, agentes de pastoral, lideranças religiosas, etc.) “manifestam seus interesses, valores e estratégias, peças do repertório de imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade, sua face pública e seu rosto privado” (KRETZER, 2013: 143).

Percebemos claramente que os autores que identificamos como pertencentes à Teologia da Libertação demonstram essa identificação no repertório de palavras utilizadas e na perspectiva positiva em relação à chamada religiosidade popular, sobretudo dos caboclos e descendentes de açorianos. Padre Ney Brasil Pereira, em entrevista a Kretzer, disse que a ET “teria mais uma intenção pastoral do que científica”, com artigos menores, tentando traduzir a teologia para o leigo e o agente de pastoral (KRETZER, 2013: 151).

O ITESC foi fundado e se desenvolveu em um período de grande efervescência e de disputas dentro da Igreja. Padre José Artulino Besen minimiza essa disputa ao afirmar que o ITESC “conseguiu ser conservador sem ser tradicionalista, aberto ser progressista, libertador sem ser libertário, universal e inserido na realidade local, romano sem ser papista”(BESEN, 2004:159 in KRETZER, 2013:154). Já Dom Orlando Brandes, atual Arcebispo de Aparecida do Norte, SP, que foi professor do ITESC até se tornar bispo de Joinville em 1994, diz que o “ITESC nascia marcado pelas inovações do Concílio (Vaticano II) e aberto ao diálogo e interação com a Teologia da libertação. Um tipo de centro-esquerda” (BRANDES, 2003:76 in KRETZER, 2013:154). Em entrevista a Kretzer, o padre Vitor Galdino afirma que o ITESC “sempre soube dosar seus posicionamentos teológicos de modo a não agredir a ortodoxia e ao mesmo tempo manter-se atualizado com a realidade social e, por isso, o ITESC nunca foi repreendido pelo Vaticano” KRETZER, 2013:154). Esta afirmação parece bastante lúcida e o fato de o instituto não ter sido repreendido pelo Vaticano no papado de João Paulo II soa como uma inquestionável justificativa de que a Teologia da Libertação não era praticada de forma tão contundente no ITESC.

Padre Hélcion Ribeiro parece mesmo ser uma das poucas vozes a defender a perspectiva da Teologia da Libertação. O seu livro *Da periferia um povo se levanta*, fruto do seu mestrado em

Missiologia na Universidade Gregoriana de Roma, pode ser considerado um marco neste sentido. Na recensão que o padre José Artulino Besen faz deste livro, ele ataca veementemente a “erva daninha conceitual” presente na obra:

*Temos a impressão, felizmente, que Pe. Hélcion, por uma opção metodológica, queira realçar a Igreja construída pelo povo, mas termina por **marginalizar o trinômio “padres, freiras e classe média (grifo meu)**, a seu ver mantenedores de uma igreja não radical, conservadora. É uma pena que esta **erva daninha conceitual**(grifo meu) esteja continuamente presente numa obra tão importante como leitura teológica. **Que consegue envenenar o positivo**(grifo meu) tão vasto expresso na obra. Toda análise histórica requer objetividade, podendo privilegiar situações, mas não **camuflar ou distorcer fatos** (grifo meu) (BESEN, 1990:37).*

Percebe-se aqui que o padre Besen não teve sutileza e fez uma crítica aberta à perspectiva do padre Hélcion em sua obra. Na sequência, padre Besen também discorda da concepção de romanização apresentada pelo padre Hélcion. Segundo Besen, a romanização não foi um processo de centralização romana, como afirma o padre Hélcion. Ela foi, antes, o “caminho encontrado pelas novas Igrejas para superarem o anestesiamiento provocado pelos padroados e regalismos gerais” (BESEN, 1990:37).

Uma parte importante da tarefa simbólica do agente eclesialístico é a de produzir, reproduzir e inculcar aquilo que quero chamar aqui de estatuto de legitimidade da religião. Uma parte importante da tarefa de fidelidade do leigo é a de confirmar, com a sua crença consentida, o estatuto produzido pelo padre, pelo pastor ou pelo médium (BRANDÃO, 1985: 117).

O clero em Santa Catarina vinha há décadas caracterizando a Religiosidade Popular dos caboclos e açorianos como tosca e superficial. Aí vem um padre imbuído da Teologia da Libertação e dá uma nova interpretação ao fenômeno! Padre Besen logo a taxa de “erva daninha conceitual”.

Voltando à perspectiva de Pierre Bourdieu, podemos afirmar que as relações de comunicação implicam não somente relações linguísticas, mas também relações de poder simbólico, podemos observar que as ideias conflitantes do padre Hélcion e do padre Besen, ao se materializarem por meio de artigos da Revista do ITESC, revelam um conflitos de visões sobre a Igreja.

*[...] a autoridade que funda a eficácia performativa do discurso é um **percipi**, um ser conhecido e reconhecido, que permite impor um **percipere**, ou melhor, de se impor como se estivesse impondo oficialmente, perante todos e em nome de todos, o consenso sobre o sentido do mundo social que funda o **senso comum** (BOURDIEU, 1996: 82 in ANDRADE, 2012: 27).*

A Religiosidade Popular como reflexão teológica e pastoral

Segundo Carlos Rodrigues Brandão, foi depois do Concílio Vaticano II, sobretudo nas dioceses vanguardistas que se verificou a revalorização do popular aplicado a uma “realização religiosa comunitária, que deixa de ser uma expressão arcaica, desfigurada e profanadoramente concorrente do trabalho legítimo da Igreja, e passa a ser uma modalidade que caracteriza, no fim das contas, a fé e a identidade religiosa do ‘povo brasileiro’” (BRANDÃO, 1988:55-56 in ANDRADE: 2012. 18-19).

O único artigo que trata de Religiosidade Popular do ponto de vista teórico é Religiosidade Popular: Como interpretar?, do Padre Hélcion Ribeiro, que na altura já não era professor do ITESC. Ele reside desde 1987 em Curitiba, onde é pároco e professor no Sthudium Theologicum, dos Claretianos. Padre Hélcion era presbítero da diocese de Lages e foi o reitor do ITESC em 1985 e 1986, ano de fundação da Revista Encontros Teológicos. Padre Hélcion concluiu o doutorado em Missiologia na Universidade Gregoriana de Roma em 1983 com a tese Teologia da Religiosidade Popular na América Latina. Na primeira edição da Revista Encontros Teológicos, em 1986, padre Hélcion publicou um artigo intitulado A Igreja e a conjuntura em Santa Catarina em que afirma:

Neste aspecto a religiosidade catarina (sic) tem duas faces bem nítidas: uma de influência do Concílio de Trento, passando pelo que os historiadores chamam de período de romanização e pelas migrações dos séculos XIX e XX, até a renovação do Concílio Vaticano II; a outra que está oprimida e reprimida, mas que alimenta boa porção do povo catarinense – advém diretamente dos séculos XVI e XVII(sic), trazidas pelos portugueses açorianos e portugueses paulistas que vão alimentar a fé marginalizada de nossos pescadores e caboclos (RIBEIRO, 1986:19).

Neste artigo da primeira edição da Revista *Encontros Teológicos* já encontram os a perspectiva da Teologia da Libertação presente nas obras do padre Hélcion Ribeiro. No artigo de 1989, o autor afirma que a Religiosidade Popular não é suficientemente levada a sério pelos teólogos latino-americanos. Refere-se à ocupação portuguesa do território brasileiro como invasão. Seguindo a perspectiva do artigo de 1986, o autor diz que “o desprezo às coisas (leia-se:

vida) dos ‘brasileiros’ (ou ‘caboclos’) e dos luso-açorianos levou lentamente o novo clero (romanizado e não mais regalista) a eliminar também dos templos, igrejas e capelas, o cristianismo daqueles” (RIBEIRO, 1989:03).

Padre Hélcion afirma também que as religiões populares não têm sido levadas em conta nem pelas igrejas cristãs históricas, nem pelos cientistas sociais, pelas universidades nem pelos centros de pesquisa. Ele diz que os agentes de pastoral e cientistas identificam “religiosidade popular” com atos da religião do povo. O autor faz uma afirmação que destoa das várias perspectivas adotadas pelo clero catarinense ao logo do século XX, repetidas à exaustão e que parece ainda conduzir a pastoral de muitos padres católicos: “Assim - é preciso frisar – a RP é um modo de ser, antes de um fazer. As manifestações populares da religiosidade são momentos fortes de determinada religião (popular ou oficial), mas não necessariamente os mais significativos” (RIBEIRO, 1989:04). O autor faz uma distinção entre religião e religiosidade popular. De modo geral, costuma-se reduzir a Religiosidade Popular às suas manifestações. Padre Hélcion faz questão de frisar a RP é mais que um modo de fazer, é um modo de ser. O autor segue dizendo: “A religiosidade (popular) é a mística da religião (popular ou oficial), é a experiência da divindade (seja qual for a deidade cultivada), e portanto ela cria um ‘ethos’ religioso, que por sua vez é essencialmente simbólico” (RIBEIRO, 1989:04).

Ao relatar a história do Cristianismo, sobretudo do Catolicismo, o autor lembra que o modelo da igreja primitiva era pluriforme, depois existiu o estilo monástica e que o modelo clerical-sacramentário se instaurou fortemente apenas a partir do Concílio de Trento (1545-1563). É esse modelo que “faz’ a salvação passar pelo caminho dos sacramentos; é marcado pela direção do clero e pela inexpressiva força dos fiéis cristãos” (RIBEIRO, 1989:04). Como bom teólogo da Libertação, ele sugere um quarto modelo que ser a Igreja “laical”, pensada a partir dos 99,99% dos cristãos que vivem no planeta.

No entanto, a visão do que ele chama de Religiosidade Popular tradicional não é nada positiva.

A religiosidade popular tradicional, porque perde seu vigor de evangelização, vai-se aproximando do folclore religioso, como é o caso dos reisados, das festas do Divino, procissão do Senhor dos Passos; lentamente estes atos se transformam em fonte de exploração econômica e turística – por vezes altamente rentável até para a ‘caixa’ da paróquia. Aí a religiosidade vem sendo confundida com atos religiosos. (RIBEIRO, 1989:05)

O autor chama de folclore religioso os reisados, festas do Divino e procissão do Senhor dos Passos. Ele defende essa posição dizendo que os “atos lentamente perderam a dimensão vivencial da fé, que os animou num tempo anterior. A permanência da cerimônia ou rito (ato) fica então descolocada da postura abrangente, globalizadora e integradora da vida” (RIBEIRO, 1989:05)

Estes atos, anteriormente era preparados, urdidos, durante muitos dias – meses até – criando um “espírito”, determinando um modo de vida. Isto é: tinha uma mística, como hoje se percebe no carnaval. O carnaval produzido nas favelas e morros dos pobres dura um ano inteiro de preparação. (RIBEIRO, 1989:05)

Na minha visão, o autor faz uma generalização bastante problemática nesse trecho. Basta apenas tomar como exemplo as mais de seis dezenas de festas do Divino Espírito Santo que acontecem no litoral catarinense. A maioria delas é preparada durante um ano. Desde que se recebe a coroa no ano anterior, o trabalho dura até a festa. Somente de peditórios e novenas nas casas a duração é de dois, três meses. Aqui retomo a crítica que costumo fazer ao clero. Como o padre só participa dos três dias da Festa do Divino, acredita que ela se resume a isso. O autor ainda afirma: “O ato religioso tradicional, porque perdeu seu suporte místico não dinamiza mais a fé popular. Falar, então, de tal religiosidade ou querer recuperá-la não é prudência e nem caridade pastorais” (RIBEIRO, 1989:05).

O autor defende um novo modelo de Religiosidade Popular. “Cristãos pobres (e agentes orgânicos) estão reassumindo criativamente a ‘mística’ – e relegando os ‘atos’ – dos cristãos portugueses do Brasil colonial e imperial” (RIBEIRO, 1989:05). Neste trecho ele usa o conceito de organicidade de Antônio Gramsci.

E aqui está o que o diferencia e aproxima o mesmo catolicismo popular brasileiro, segundo o autor. O primeiro foi dinâmico e existencialmente envolveu a vida sem dicotomizar, mas depois perdeu sua força porque e viu privado de seu dinamismo missionário; o atual recupera o elã e a memória primeira. E essa é a RP que nos importa, no sentido eclesial. (RIBEIRO, 1989:05).

Padre Hélcion cita quem são os agentes orgânicos dessa nova RP: Movimentos dos Sem Terra, dos acampados, das barragens, CPT, CPO, Comissões de Saúde, Grupos de Reflexão e as CEBs. Portanto, a Religiosidade Popular que o autor defende é algo novo, uma nova forma de viver a religiosidade popular, com pouca ou nenhuma relação com o que ele chama de Religiosidade Popular tradicional. Ele termina o artigo dizendo que a “missionariedade eclesial, emprenha,

engravada”, tanto a Religiosidade Popular quanto a Religiosidade Oficial e que começa a gestar em ambas “o desejo de apressar a construção do Reino, através de uma sociedade justa, democrática, popular e socialista”. Portanto, na perspectiva do autor, deve-se construir uma nova religiosidade popular, com nossos atores e novos “atos” religiosos. Para deixar claro que se tratava de uma proposta gramsciana, ele propõe uma sociedade socialista.

O outro artigo do padre Hélcion se intitula Religiosidade Popular no Contestado (ou a espiritualidade de um povo oprimido). O autor se debruça sobre a religiosidade dos chamados caboclos do Contestado. É importante dizer, que ele próprio se dizia um descendente dos caboclos do Contestado.² No artigo, ele compara a religiosidade dos militares com a religiosidade dos caboclos, narra o massacre que o Exército promoveu na Sexta-feira Santa de 1915. Foram mortos mais de 600 caboclos neste dia no Reduto de Santa Maria. Mas os militares fizeram questão de anotar em seus diários que neste dia santo comeram bacalhau no almoço, “com escrúpulo de ferirem o mandamento do... jejum...” (RIBEIRO, 1989:11).

A realidade religiosa que transluz no Contestado, a partir do mundo caboclo, é um processo que antecede e é posterior ao movimento como um todo. É fruto de uma educação na fé, feita a partir da família – geralmente pela mãe – onde se vivia um cristianismo não tridentino, nem centrado no sacramental e nem controlado pelo clero (RIBEIRO, 1989:12).

Novamente o autor retoma a diferença entre Religiosidade Popular e atos da Religiosidade popular. Ele afirma que o catolicismo dos caboclos é um outro modo de ser Igreja e que não pode ser compreendido por atos descontextualizados. Ele afirma que esse catolicismo é uma espiritualidade. “O universo caboclo era costurado pelo religioso. A religião que dava sentido à vida”.

O autor afirma ainda a prática dos atos de piedade, herança do Contestado, que ainda existe no campo e nas periferias da cidade onde seus descendentes migraram, não tem mais sentido e precisa ser ressignificado. E mais uma vez diz que a nova forma da RP é praticada pelos Movimentos dos Sem Terra, dos acampados, das barragens, pela CPT, pela CPO, pelas Comissões de Saúde, pelos Grupos de Reflexão e pelas CEBs.

² Existe muita literatura sobre a chamada Guerra do Contestado (1912-1916). Entre elas, podemos citar FRAGA, Nilson Cesar (org.). *Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil (1912-2012)*. Florianópolis: Insular, 2012.

E ele termina afirmando:

A RP no Contestado – a partir da ótica do Caboclo – foi uma forma cultural, válida e legítima, de viver a fé católica romana, em toda a sua extensão. Teve ela seus limites, nos condicionamentos culturais próprios daquele povo, assim como os tem a religiosidade oficial ao se fixar na cultura centro-europeia, de fundo machista, branca, elitista e hegemônica. (RIBEIRO, 1989:15).

Dessa forma, o autor historiciza e dá um significado positivo à religiosidade popular do caboclo, mas diz que ela perdeu o significado. Ele já fizera no primeiro artigo essa distinção, a religiosidade popular tradicional se tornou anacrônica, só vale a pena investir na nova religiosidade popular praticada pelos Movimentos dos Sem Terra, dos acampados, das barragens, pela CPT, pela CPO, pelas Comissões de Saúde, pelos Grupos de Reflexão e pelas CEBs.

Os açorianos e as Festas do Divino Espírito Santo

Podemos afirmar que as Festas do Divino Espírito Santo são a expressão maior da Religiosidade Popular no litoral de Santa Catarina. Hoje, existem, pelo menos, sessenta e seis festas do Divino Espírito Santo em Santa Catarina, sendo quatorze apenas em Florianópolis.

A edição da Revista *Encontros Teológicos* dedicada à Religiosidade Popular teve dois artigos dedicados à Festa do Divino Espírito Santo. Um assinado por dois estudantes de teologia e outro pelo professor Nereu do Vale Pereira. O outro artigo dedicado à religiosidade dos açorianos foi assinado por sete estudantes e um professor.

O artigo dos estudantes foi intitulado *A religiosidade do açoriano* (Elementos para uma pastoral comprometida com ele). O subtítulo já revela uma militância e uma perspectiva positiva em relação a essa religiosidade, bem diversa da perspectiva dos padres alemães do início do século XX em Santa Catarina. O artigo foi assinado pelos estudantes do terceiro e quarto ano do curso de teologia, Alfred A. Portele, Carlos Guesser, Francisco J. Gesser, José A. Campigotto, Josino do Amaral, Lauro R. Mittelman, e Valmor J. Umbelino e pelo Padre Vitor Galdino Feller, professor de Teologia Dogmática.

Os autores iniciam dizendo que não buscaram fundamentações científicas, deixaram-se guiar pela intuição. Provavelmente por isso, cometem algumas generalizações na caracterização desta

população. Repetem a cantilena de que os açorianos não tinham sido alcançados pela romanização, o que não se coaduna com as pesquisas recentes realizadas nos Açores. A primeira metade do Século XVIII foi o tempo forte da romanização nos Açores. Eles partiram para Santa Catarina entre 1747 e 1753. Eles dividem o texto em 1. A cosmovisão do povo açoriano; 2. A Religiosidade Popular do açoriano e 3. Como evangelizar e deixar-se evangelizar nessa situação. Nas duas primeiras partes repetem aquelas generalizações que já apontei, caracterizando a cosmovisão açoriana como fatalista e conformista. Na terceira parte propõem uma “pedagogia do conflito” que demonstre que essa visão conformista favorece aos poderosos. Eles consideram a Festa do Divino, um excelente momento de evangelização e de proposta para mudança de abandono do inconformismo: “Nas festas do Espírito Santo, pode-se falar de um Deus que chama as pessoas e as comunidades ainda hoje a viverem a fraternidade e justiça e a lutarem por um mundo melhor, que favoreça mais comunhão e mais participação da vida mesma de Deus (PORTELE et alii: 1989, 22).

Contrariando a visão dominante do clero da Arquidiocese de Florianópolis, que “não se deve esperar que eles venham à igreja, é o evangelizador que deve ir a eles. Falam que se deve despertar a memória histórica por meio de perguntas sobre seu passado “interpretando-os à luz do presente”. E que o futuro deve ser “pensado e forjado, por meio de organizações, sindicatos, associações de pescadores e das mulheres dos pescadores”. Denunciar a injustiça e os poderosos deve ser a grande missão. Fazer “perceber que nem tudo vem de Deus e da natureza, mas sim, as mais das vezes, é fruto da exploração, da injustiça que os grandes infligem sobre os pequenos e da própria mentalidade acomodada e resignada destes” (PORTELE et alii: 1989, 23).

O artigo termina com o alerta que a “cultura açoriana não é somente uma realidade a ser evangelizada.” Ela é também agente de evangelização. Segundo os autores, há muito a aprender com o povo açoriano:

Religiosidade de filho fiel no relacionamento com Deus. Hospitalidade e simplicidade no trato com as pessoas. Soberania sobranceira e alegre no uso do tempo. Respeito com animais e plantas. Enfrentamento corajoso na defesa dos próprios valores diante do avanço devastador da cultura uniformizadora da cidade grande. (PORTELE et al.: 1989, 23).

Portanto, diferentemente do padre Hélcion Ribeiro que afirma que a Religiosidade Popular tradicional não faz mais sentido naquele momento da história, os estudantes, autores

desse artigo, tem uma visão mais otimista e acreditam que ela pode ser a grande motivação para a evangelização desta população.

O outro artigo de estudantes intitula-se *A Teologia do Espírito Santo na Festa do Divino*, de autoria de José Adilçom Campigotto e Josino do Amaral, que também assinam o outro artigo de estudantes. Eles começam narrando a versão mais tradicional da origem da Festa do Divino com a Rainha Santa Isabel e seu marido, o rei Dom Dinis.

É interessante que eles não conhecessem a versão que atribui a origem da festa aos franciscanos seráficos que teriam levado para Portugal a ideia do frei Joaquim de Fiore, monge franciscano do Século XIII, sobre as três épocas da história da humanidade: a Idade do Pai representada pelo Antigo Testamento, da autoridade inquestionável. A Idade do Filho, do Novo Testamento, da autoridade colegiada, compartilhada, em que o Deus Filho reparte com os homens a condução da comunidade e a Idade do Espírito Santo, em que não haveria mais hierarquia, em que todos seriam iguais.³ Essa versão é citada pelo professor Nereu em seu artigo. Ao que parece, os estudantes não a conheciam, porque ela muito mais apropriada a uma visão mais social, como pretende a Teologia da Libertação. Eles repetem o que diz o padre Hélcion e outros autores que o “catolicismo luso-catarinense é proveniente do catolicismo português, vindo de tradição ainda anterior ao Concílio de Trento, cheio de culto aos Santos, de devoções penitenciais, de procissões, com muita reza e pouca missa, muito sentimental e dramático” (CAMPIGOTTO, 1989: 24).

Ao analisar versos de folias do Divino eles argumentam que a concepção sobre o Espírito Santo varia entre a catequese oficial e ideias não muito católicas. Chamam a atenção para o fato de chamarem o Espírito Santo de Senhor, pois segundo eles, apenas Jesus teria esse título. Nos Açores, Portugal, ainda hoje, o povo se refere ao “Senhor Espírito Santo”. Portanto, trata-se de uma herança cultural preservada. Eles dizem que há duas ideias básicas sobre a Festa do Divino: 1. Reino de abundância e 2. O Espírito realiza a promessa do Reino. Os autores lamentam que, na maioria das festas, começou-se a convidar os mais ricos para serem os Imperadores da festa. Eles

³ Sobre Joaquim de Fiore ver: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoaquFio.html> e

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-31732012000400008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

criticam a clericalização das festas: “Hoje, na maioria dos casos, os párocos estão tentando clericalizar a festa, no sentido de que as principais decisões estejam sob seu controle e que a festa reverta em lucro para a paróquia, o que tem causado diversos atritos” (CAMPIGOTTO, 1989: 25). Essa é historicamente a maior tensão entre os organizadores das festas do Divino e o clero. Ainda hoje nos Açores a Festa do Espírito Santo é feita pelos leigos. O padre espera o cortejo na porta da Igreja, celebra a missa, faz a coroação e depois o cortejo segue para a casa da banda de música onde é servido o bodo. O padre não acompanha o cortejo e nem se mete na sua organização.⁴

Na página 26, eles falam sobre as massas de promessa e relatam que as pessoas costumam oferecer massas feitas de trigo em formato de ‘boi, bezerro, leitão, mão, pé etc’”. Os autores lançam a hipótese de que o oferecimento de um boi em forma de massa seria um protesto pelo fato de a pessoa não ter condições para doar um animal de verdade. Não me parece de bom senso essa hipótese, as promessas referem-se, de modo geral, à cura de doenças. Por isso, as massas têm formatos de seio, pé, mão, coração, corpo inteiro e formato de animais. Não acredito ser plausível achar que oferecer uma massa em formato de boi seja um protesto por não poder dar um boi de carne e osso.

Há uma observação interessante sobre a concepção da festa, por parte dessa população, como um fim e não como um meio, como o clero pretende. “Hoje esse sentido é ofuscado pela presença das barraquinhas, onde tudo tem que ser comprado, onde tudo é vendido. Aí, quem pode comprar, alegra-se e festeja; quem não pode, olha e deseja. Os pobres ficam de fora” (CAMPIGOTTO, 1989: 26).

Ao falar sobre a folia do Divino há uma interpretação bem positiva e com características da Teologia da Libertação:

Ali acontece uma produção teológica própria, no sentido de que Deus está no meio do povo e não aprisionado no templo. Deus é um igual, visita as casas, Deus canta, pede esmola, sente necessidade e alegrias. Deus se solidariza e não deixa o homem sozinho, Deus vai criando espírito de fraternidade e comunidade. (CAMPIGOTTO, 1989: 26).

⁴ Vários autores tratam das Festas do Espírito Santo nos Açores. Por exemplo, COSTA, Antonieta. *O culto do Espírito Santo no ciclo das mitologias agrárias*. Lisboa: Ésquilo: 2008. DUARTE JR, Tomaz. *O culto do Espírito Santo*. Horta: Direção Regional das Comunidades, 2001. MENDES, Hélder Fonseca. *Do Espírito Santo à Trindade: um programa social de Cristianismo inculturado*. Porto: Universidade Católica Portuguesa: 2006.

Os autores concluem o artigo dizendo que “não é uma festa inventada, puramente humana que alguém vai porque quer e gosta, e convida a quem quiser. Mas é Deus mesmo, na imagem da bandeira e através dos foliões, que convoca para a festa. É quase uma intimação” (CAMPIGOTTO, 1989: 27).

Percebe-se que os dois autores não comungam da perspectiva do padre Hércion Ribeiro de que essa Religiosidade Popular tradicional tenha perdido o sentido. Ao contrário, eles a defendem e dizem que ela precisa ser preservada e respeitada.

O único artigo da edição da revista a tratar de Religiosidade Popular em Santa Catarina de autor não ligado à Teologia da Libertação foi *O Espírito Santo na Religiosidade Popular*, de autoria do professor de sociologia da UFSC, Nereu do Vale Pereira, considerado um autor conservador, leigo católico praticante. O artigo do professor Nereu, ele foi dividido em 1. Origem, 2. Culto ao “Divino”, 3. A pombinha do Divino, 4. Origem da Festa entre nós e suas raízes culturais, 5. Enredo da Festa do Divino e 6. Conclusões.

O artigo do professor Nereu basicamente faz um relato das festividades do Divino Espírito Santo em Santa Catarina e de sua filiação às festas do Espírito Santo nos Açores. O autor não deixa de criticar a interferência do clero nas Festas do Divino, quando afirma:

Outrossim deve ser levado em conta o fato de, ainda hoje, os festejos do Divino serem organizados, executados e controlados pelos leigos, o que nem sempre agrada ao Vigário que só aparece para fixar a data da Missa da Coroação. Na prática, quando o Padre passa a determinar, provoca alterações significativas, descontentando os leigos. Em Florianópolis, na paróquia da Santíssima Trindade, um Vigário transformou a Festa do Divino em Festa “da Laranja”... (VALE PEREIRA, 1989: 29)

Nereu do Vale Pereira não cita o nome do vigário que transformou a Festa do Divino em Festa da Laranja, mas ele se referia ao padre Evaldo Pauli, que foi vigário da Trindade de 1953 a 1962 e que depois abandonou o ministério. Foi o padre Evaldo Pauli quem transformou a Festa do Divino em Festa da Laranja na Trindade.

O professor Nereu corrobora com a opinião dos estudantes de teologia autores do artigo *A teologia do Espírito Santo na Festa do Divino* quando afirma:

Outra alteração descaracterizadora é a da escolha do Imperador, que saiu da ótica do “mais pobre” para a do mais rico, também por motivos, até certo ponto óbvios, financeiros, do custo da festa. Ser Imperador do Divino é alcançar, ou demonstrar, prestígio e “status”. Os candidatos se anunciam antecipadamente, alardeando o quanto

de dinheiro de que dispõem para gastar na festa. Quando os candidatos são vários, procede-se a um sorteio ou então a um sorteio ou então deixa-se a critério da Irmandade a indicação. O vigário muito raramente interfere nessa questão. (VALE PEREIRA, 1989: 29)

Da mesma maneira que os estudantes de teologia do artigo citado, o autor relata a descaracterização da festa, que deixou de coroar o mais pobre para coroar os que têm condições financeiras de bancar a festa. Professor Nereu, nascido em 1928, foi contemporâneo das proibições dos peditórios com a bandeira do Divino, que já vinham sido editadas desde a criação da diocese de Florianópolis. Ele afirma, sobre o peditério: “Parece-nos importante destacar o peditério da Bandeira do Divino, pois ela não se destina somente a angariar recursos com também a promover a festa e atender à devoção do povo” (VALE PEREIRA, 1989: 29).

A cruzada da hierarquia contra o peditério do Divino durou várias décadas desde a criação da diocese de Florianópolis e já escrevi sobre isso em outros artigos.

Conclusão

Percebe-se que a visão da religiosidade e cultura popular do litoral catarinense no início do século XX ainda é compartilhada pela maioria do clero catarinense. Os padres alemães pioneiros constantemente comparavam a religiosidade dos migrantes alemães com a religiosidade dos luso-brasileiros e atribuíam a essa um caráter primitivo, supersticioso e tosco. No início do Século XXI, boa parte do clero catarinense ainda enxerga a religiosidade do litoral catarinense como uma religiosidade de formalidades, sem profundidade. Portanto, a visão otimista demonstrada pelos padres e seminaristas ligados à Teologia da Libertação na edição de 1989 da Revista Encontros Teológicos constitui um ponto fora da curva na perspectiva do clero sobre a Religiosidade Popular, sobretudo da Arquidiocese de Florianópolis. Embora, os seminaristas em seus artigos defendam a necessidade da valorização da religiosidade popular, o artigo do padre Hélcion defende uma nova religiosidade popular com novos atores e novos objetivos e diz que a religiosidade popular tradicional perdeu o seu sentido, tornou-se anacrônica.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Solange Ramos de. *O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*. Maringá: EDUEM, 2012
- BESEN, José Artulino. Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC (1973-2003). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC*, 3ª fase, nº 23, 2004.
- BESEN, José Artulino. Recensão do livro “Da periferia um povo se levanta”. *Encontros Teológicos: Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC*, Ano 5, Nº 1, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória do Sagrado: estudos de religião e ritual*. São Paulo: Edições, 1985.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ser: dimensões brasileiras: um estudo sobre a atribuição da religião. In: SACHS, Viola et ali. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro, Graal, 1988. p. 59-83.
- BRANDES, Orlando. ITESC, e Espiritualidade e Mística. *Encontros Teológicos: Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC*, Nº 36, Ano 18, 2003.
- CAMPIGOTTO, José Adilçom; AMARAL, Josino do. A teologia do Espírito Santo na Festa do Divino. *Encontros Teológicos: Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC*. Ano 4, Nº 1 – 1989. p. 23-27.
- COSTA, Antonieta. *O culto do Espírito Santo no ciclo das mitologias agrárias*. Lisboa: Ésquilo: 2008. DUARTE JR, Tomaz. *O culto do Espírito Santo*. Horta: Direção Regional das Comunidades, 2001.
- DUSSEL, Enrique D. *Caminhos de Libertação Latino-americana*. São Paulo, Paulinas, 1984.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. *Histórias quase todas verdadeiras: 300 anos de Santo Antônio e Sambaqui*, 1998.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. Religiosidade popular no litoral catarinense: a visão de padres alemães no início do século XX. In: XIX Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos do XIX Simpósio Nacional de História, 2015.
- FRAGA, Nilson Cesar (org.). *Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil (1912-2012)*. Florianópolis: Insular, 2012.
- KRETZER, Altamiro Antônio. *Catolicismo em disputa: discursos teológicos em confronto no ITESC - Instituto Teológico de Santa Catarina (1973-2003)*. 2013. 336 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.
- MENDES, Hélder Fonseca. *Do Espírito Santo à Trindade: um programa social de Cristianismo inculturado*. Porto: Universidade Católica Portuguesa: 2006.
- MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- PORTELE et al. A Religiosidade do Açoriano (elementos para uma pastoral comprometida com ele). *Encontros Teológicos: Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC*. Ano 4, Nº 1 – 1989. p. 20-23.
- RIBEIRO, Hércion. A Igreja e a conjuntura em Santa Catarina. *Encontros Teológicos – Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina - ITESC*, Ano 1, Nº 1, 1986.
- RIBEIRO, Hércion. *Da periferia um povo se levanta*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- RIBEIRO, Hércion. Religiosidade Popular no Contestado (ou a espiritualidade de um povo oprimido). *Encontros Teológicos: Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC*. Ano 4, Nº 1 – 1989. p. 10-15.
- RIBEIRO, Hércion. Religiosidade Popular: Como interpretar?. *Encontros Teológicos: Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC*. Ano 4, Nº 1 – 1989. p. 2-6.
- VALE PEREIRA, Nereu do. O Espírito Santo na Religiosidade Popular. *Encontros Teológicos: Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC*. Ano 4, Nº 1 – 1989. p. 27-31
- htt ininterruptamente ps://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/